

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/06/2019

- [Pernambuco lança programa para melhorar alfabetização de crianças](#)
- [Pacto une o país para proteger crianças e adolescentes vítimas de violência](#)
- [Estudante concorre a prêmio internacional com projeto de adoção tardia](#)
- [Justiça Restaurativa - TJDFT é referência em capacitação na área](#)
- [Vara da Infância e Juventude de Campina Grande realiza audiências concentradas](#)
- [CIJ participa de seminário de capacitação das equipes técnicas das unidades regionais de acolhimento para crianças e adolescentes da SJDHDS](#)
- [Seminário debateu desafios da erradicação do trabalho infantil](#)
- ['Boa Vista é modelo para o Brasil', diz ministro da Cidadania sobre ações voltadas a crianças](#)
- [CNMP recomenda atuação conjunta entre MPT e MPs estaduais para enfrentamento do trabalho infantil](#)
- [CNMP, Judiciário e Executivo assinam pacto que garante direitos da criança e do adolescente vítimas de violência](#)

Assunto: Pernambuco lança programa para melhorar alfabetização de crianças

Fonte: Portal Andi

Data: 14/06/2019



O governo de Pernambuco lançou, nesta terça-feira (11), o programa Criança Alfabetizada, que propõe uma parceria com os 184 municípios do estado para garantir a alfabetização de crianças até os 7 anos de idade. A expectativa é beneficiar cerca de 330 mil crianças nas escolas públicas de ensino fundamental.

"Nós vamos fazer uma ação integrada em todo o estado, com participação de todos os municípios, em uma ótima de gestão, capacitação e acompanhamento. [...] A gente quer trazer o que já avançamos no ensino médio, mas agora no ensino fundamental", afirma o governador Paulo Câmara (PSB). Até às 15h, cento e três municípios já tinham assinado o termo de adesão.

Para incentivar a participação dos municípios, o governo estadual anunciou mudanças no ICMS Socioambiental, que é repassado para os municípios. A ideia é diminuir o número de 11

indicadores para 5, dando maior ênfase à educação. Atualmente, a participação da educação no repasse é de 3% e o programa prevê aumento escalonado até 18%, em 2025.

O presidente da Associação dos Municípios de Pernambuco (Amupe), José Patriota, apontou que a entidade vai atuar junto às prefeituras para incentivar a adesão ao programa. "O envolvimento da Amupe é total com o compromisso de combater o analfabetismo na raiz. Nós vamos fazer reuniões específicas, regionais e monitorar a adesão e o engajamento de todos os municípios", pontua.

De acordo com o secretário de Educação e Esportes de Pernambuco, Fred Amâncio, a disparidade entre os resultados de alunos dos ensinos médio e fundamental no estado motivou a criação da iniciativa.

“Na última Avaliação Nacional de Alfabetização, em 2016, feita com alunos de 8 anos, só 29% dos estudantes de Pernambuco tinham um nível adequado de leitura e só 48% tinham de escrita. Sabemos que era importante fazer essa parceria junto com os municípios para melhorar esses indicadores”, diz o secretário.

As instituições de ensino devem concorrer a premiações e incentivos de até R\$ 6 milhões pelo trabalho realizado com os estudantes. “Esse valor vai para as 50 melhores escolas municipais do estado, mas também para aquelas escolas sem os melhores resultados, para que todas possam avançar”, afirma o secretário.

O valor das premiações integra um orçamento de R\$ 50 milhões da Secretaria de Educação e Esportes, segundo Amâncio, sem retirar esse aporte de outras áreas de atuação da secretaria. “Iremos manter nossas linhas de trabalho no ensino médio, o governo do estado separou um orçamento especial para esse programa”, aponta.

Com seis eixos estratégicos, o programa busca trabalhar o fortalecimento da gestão, o fornecimento de material complementar, o incentivo às escolas, a avaliação dos estudantes e a formação de gestores e professores.

“Estamos falando de 3.800 escolas e gestores dessas escolas, e ainda mais de 19 mil professores das redes municipais que estão diretamente ligados com o ciclo de alfabetização”, afirma o secretário de Educação e Esportes.

A expectativa é de iniciar o projeto neste mês de junho e obter resultados ao longo dos próximos anos de gestão. "Não é apenas um projeto do governo do estado, é muito mais do que isso. É um projeto de toda a sociedade", diz Amâncio.

Parceria

Através do convênio, o governo estadual vai fornecer aos municípios material complementar e de apoio pedagógico para a alfabetização. O programa prevê também formação continuada para os gestores das escolas, coordenadores pedagógicos e também para professores que atuam na pré-escola e alfabetização.

Para a gestão do Criança Alfabetizada, o estado vai ofertar bolsas para os coordenadores do programa nos municípios. Além disso, as cidades que aderirem vão selecionar dois profissionais para serem formadores, sendo um para a pré-escola e outro para os 1º e 2º anos. Os formadores serão capacitados para realizar as ações com os professores da rede municipal.

A ideia é ter, em cada secretaria municipal de Educação, um coordenador e dois formadores, sendo os três responsáveis pela gestão do programa na cidade.

O material complementar, que traz conteúdos de língua portuguesa e matemática, foi produzido em parceria com o Centro de Estudos em Educação e Linguagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Avaliação

O programa prevê que as crianças do 2º ano do ensino fundamental sejam avaliadas sobre seus conhecimentos de português e matemática através do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe), verificando inclusive a questão da fluência leitora dos alunos.

A partir desse resultado, o governo estadual vai premiar com R\$ 80 mil as 50 melhores escolas do ranking e com R\$ 40 mil as 50 que estiverem com indicadores menores, para que as unidades invistam e melhorem o desempenho.

Municípios

Segundo a Secretaria de Educação de Pernambuco, 81 municípios não tinham aderido ao programa até esta quarta-feira (12).

Assunto: Pacto une o país para proteger crianças e adolescentes vítimas de violência

Fonte: CNJ

Data: 14/06/2019



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um dos signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei n. 13.431/2017, que estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência. As bases do pacto lançado nesta quinta-feira (13/6), nas dependências do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em evento realizado em Brasília, pretendem alcançar a efetividade do atendimento integrado às crianças e aos adolescentes que sofreram ou presenciaram violência, a exemplo dos crimes sexuais, com protocolos específicos para a escuta especializada e o depoimento especial das vítimas.

Presente à solenidade, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse que a união de esforços é iniciativa importante e que combater a violência contra crianças e adolescentes é trabalhar pela segurança do futuro. “Hoje damos mais um passo, um grande passo, para tornar realidade aquilo que há nove meses era apenas um ideal”, disse. “Hoje contemplamos questão sensível, relativa ao depoimento especial, que desperta muitos questionamentos devido à edição, ainda recente, da Lei n. 13.431, cuja essência foi evitar a chamada revitimização secundária, por meio da escuta especializada das crianças e dos adolescentes vítimas de violência”, afirmou.

Dias Toffoli lembrou que, desde 2010, o CNJ tem, por meio da Recomendação n. 33/2010, sinalizado a necessidade de criação, nos tribunais de Justiça, dos serviços especializados para a escuta de meninas, meninos e jovens vítimas ou testemunhas de violência e abuso sexual. O chamado depoimento especial abarca uma metodologia cientificamente testada e aplicada por equipe multidisciplinar, com a finalidade de minimizar a revitimização e contribuir para fidedignidade do depoimento.

O ministro afirmou que a despeito de essa prática ser oficialmente incentivada pelo Poder Judiciário desde 2010, somente em 2017 adveio o diploma legal instituidor do Sistema de Garantia dos direitos da criança e do adolescente que sofrem violência, mas sem ainda alcançar os níveis desejados de efetividade. Nesse sentido, comentou, foi proposta às mais diversas instituições e órgãos da administração pública e privada, a elaboração de um protocolo único para a escuta especializada e o depoimento especial, bem como a formulação de um modo coordenado, integrado e eficiente de atuar para dar efetividade a esse sistema de proteção.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ (SEP/CNJ), Richard Pae Kim, também destacou os avanços, mas reconheceu ainda haver gargalos que impedem a aplicação da lei. “Muito há de ser feito, em especial, o estabelecimento do fluxo adequado de atendimento e de colheita de depoimento especial, a construção de normativas em todas as áreas das políticas públicas – hoje representadas pelas autoridades que se encontram neste ato”, afirmou.

Entre os representantes do CNJ estiveram presentes, além do presidente do órgão, os conselheiros Luciano Frota e Daldice Santana, o secretário-geral, Carlos von Adamek, e o juiz auxiliar Carl Olav Smith.

Protocolos para escuta

Os dados sobre agressão contra crianças e jovens são expressivos. Entre 2011 e 2015, ocorreram no país cerca de 1 milhão de casos de violência em que crianças e adolescentes foram as vítimas, conforme o recente Relatório Infância [Des]Protegida, apresentado pela organização não governamental Visão Mundial. Desses casos, a maior parte envolveu crianças com idade entre 9 e 11 anos e crianças negras.

Em outro dado revelador desses dramas, o Relatório “A oitiva de crianças no Poder Judiciário”, desenvolvido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, mostrou que ainda não existe uniformização do atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Poder Judiciário, mesmo com a sanção da Lei n. 13.431/2017, que estabeleceu o sistema de garantia de direitos dessas pessoas.

A fim de combater essa realidade e ampliar a proteção às crianças, Dias Toffoli informou que outras medidas estão em curso. “Em breve, firmaremos também o Pacto Nacional pela Primeira Infância, lançaremos o primeiro curso presencial de formação de multiplicadores da metodologia do depoimento especial, tudo em parceria com importantes organismos e entidades como a Unicef e a Childhood Brasil”, disse.

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, disse que o CNJ tem sido um parceiro importante em diversos projetos em comum e que, ao longo do tempo, adquiriu protagonismo, se tornando o interlocutor do Poder Judiciário e que o combate à violência contra crianças e jovens deve ser feito de forma multidisciplinar. “Precisamos nos dedicar mais para resolver todas essas carências. Claro que o desafio é imenso, a montanha é gigantesca, mas precisamos trabalhar mais e juntos para criar boas políticas na área de proteção à criança e adolescente”, afirmou.

Também são signatários do Pacto Nacional pela Implementação da Lei n. 13.431/2017 a Casa Civil da Presidência da República, os ministérios da Educação, da Saúde, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União (DPU), o Colégio Nacional de Defensores Públicos, e o Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil. Também assinou o Pacto a Primeira Dama do Brasil, Michelle Bolsonaro.

Assunto: Estudante concorre a prêmio internacional com projeto de adoção tardia

Fonte: IBDFAM

Data: 14/06/2019



Com o projeto intitulado “Missão Diversão”, que visa reunir crianças e adolescentes que vivem em abrigos de Porto Alegre (RS) e adultos interessados em adotar, a estudante Marcella Cesa Bertoluci, de apenas 18 anos, vai participar do Junior Achievement Global Alumni Conference 2019. O evento, que será realizado entre 28 de agosto e 1º de setembro deste ano, em Viena, na Áustria, reúne jovens de todo o mundo, que apresentam seus trabalhos sociais e empreendedores, premiando os destaques.

Ao todo, mais de 80 vídeos de participantes e seus projetos foram avaliados. Apenas dez, entre eles o "Missão Diversão", foram selecionados para serem votados na semifinal. Após essa fase, que se encerra neste sábado, dia 15, os criadores dos três projetos mais bem colocados irão para a Áustria com tudo pago para participarem do evento e receberem a premiação final.

A Junior Achievement é uma ONG que, desde 1919, ajuda jovens alunos do ensino médio e fundamental a terem o sentimento de querer se envolver com empreendedorismo, trazendo impacto na vida de outras pessoas. Hoje, eles atuam em mais de 100 países.

No Brasil, Marcella Bertoluci, que atualmente cursa administração, teve a oportunidade de participar do projeto “Miniempresa”, da Junior Achievement, que condiz na simulação de uma empresa real. Pensando nesse trabalho, ela criou, em 2016, o projeto “Missão Diversão”, um evento de aproximação entre casais e pretendentes habilitados à adoção e crianças de idade avançada que estão desvinculadas de suas famílias.

“Pelo Cadastro Nacional da Adoção, são 45 mil pretendentes à adoção e apenas 5 mil crianças aptas a serem adotadas. Esses números não se encaixam porque os casais procuram, principalmente, crianças de 0 a 4 anos, mas 90% delas têm entre 8 a 17 anos. Então o meu projeto vem para sensibilizar os casais que já estão habilitados e que são totalmente aptos a adotar para considerarem a adoção tardia”, destaca.

De acordo com ela, no “Missão Diversão” é proposta uma tarde temática com várias atividades recreativas e lúdicas para que as crianças possam ter um momento com essas pessoas, o que acaba promovendo um sentimento de que é possível, sim, adotar um jovem com idade mais alta, que se pode aumentar a idade esperada para adotar.

Em quatro edições realizadas até o momento, seis crianças já foram efetivamente adotadas. O que é motivo de bastante orgulho para Marcella. “Foi uma mobilização de conscientização de adoção tardia e uma forma de dar visibilidade para essas crianças mais velhas. Esta é a proposta do evento com o nome ‘Missão Diversão’, de tirar a ideia de melancolia que tem por trás da adoção para fazer com que as crianças tenham a possibilidade de ir para o evento sem aquela expectativa de serem adotadas, mas de irem para se entreter. Essa é a magia do projeto”, conta.

Com o “Missão Diversão” em mãos e a realização do evento na Áustria, a jovem criou um vídeo para contar como a Junior Achievement impactou a sua vida e como o seu projeto refletiu na sociedade de forma positiva.

“Por causa dessa experiência com o empreendedorismo eu acabei me apaixonando pela causa e acabei me envolvendo em empreendedorismo social, o que fez com que eu criasse o projeto. Então está tudo conectado, o projeto e a participação no evento”, diz.

Para representar o Brasil e mostrar a importância da adoção tardia na nossa sociedade, a jovem espera ficar entre os finalistas para dar um impulso no seu projeto e, quem sabe, levá-lo a todo o País.

“É uma ótima oportunidade para dar visibilidade a esse tema tão sensível. Para representar o Brasil lá fora com uma causa social que gere impacto para o mundo todo, e para fazer com que o meu projeto se espalhe para eu conseguir fazer com que mais crianças possam ter a oportunidade de participar de um evento como esse e encontrarem um novo lar”, finaliza.

Ação deve servir como exemplo

Para Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão Nacional de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), projetos como esse são muito significativos para a sociedade e jovens que procuram novos lares. Colocar crianças e adolescentes aptos à adoção em contato com pessoas habilitadas é de grande importância, pois implica no olhar no olhar, na visualização da criança e do adolescente reais.

“Penso que o amor surge do olhar, o ‘nunca te vi, sempre te amei’ é lindo como título de filme, mas não é factível. Muito mais fácil se apaixonar por João, 9 anos, pardo, animadíssimo, que adora dançar passinho, com grandes olhos castanhos, franzino, com certa dificuldade na escola, acolhido há 18 meses, do que por J., 9 anos, pardo, saudável”, afirma.

Assunto: Justiça Restaurativa - TJDFE é referência em capacitação na área

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/06/2019



O Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa – NUJURES, unidade vinculada à 2ª Vice-Presidência do TJDFE, contabilizou, no ano de 2018, a realização de 18 atividades instrucionais, como cursos e palestras dentro e fora do órgão, inclusive com participações em eventos em outros estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Amapá, Santa Catarina, Rondônia e Paraíba, além de um intercâmbio judicial com a *Harvard University*.

Responsável pela implementação da Justiça Restaurativa em âmbito local, o setor tem, entre suas competências a promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores e voluntários nas técnicas e nos métodos próprios de Justiça Restaurativa. Tais atividades contêm, em essência, conteúdo voltado às formas de respostas a situações de crime, transgressão, violência, vulnerabilidade e ato infracional, dentro de uma lógica de fluxo interinstitucional e sistêmica, em articulação com as redes de atendimento e parceria com as demais políticas públicas e redes comunitárias.

Além destas atividades e com o objetivo de implementar e expandir a abordagem da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário Nacional, o NUJURES busca firmar termos de cooperação técnica e ações conjuntas e coordenadas com outros órgãos, inclusive de outros poderes, como o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP (em uma expansão da metodologia para além do âmbito judicial), e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJBA.

Fora tais iniciativas, atualmente o núcleo estuda acordos com a OAB, a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas – TJAL e a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Palestra no TJDFE

O TJDFE promoverá, no dia 28/6, a palestra “**A experiência americana na Justiça Restaurativa**”, ministrada por Mark Umbreit, professor e diretor fundador do Centro de Justiça Restaurativa e Construção de Paz da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos.

O evento, promovido por meio da Escola de Formação Judiciária do Tribunal, contará com tradução simultânea e será realizado das 14h às 16h, no auditório Ministro Sepúlveda Pertence, localizado no Bloco A do Fórum de Brasília.

Assunto: Vara da Infância e Juventude de Campina Grande realiza audiências concentradas

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/06/2019



Mais uma série de audiências concentradas da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campina Grande será concluída nesta quinta-feira (13). Os trabalhos são referentes aos abrigados das três Casas de Acolhimento ‘Esperança’. As sessões são presididas pelo juiz auxiliar da Infância da 2ª Circunscrição, Hugo Gomes Zaher, com apoio da juíza auxiliar, Renata Barros e participação da promotora de Justiça Juliana Couto Sarda. As reuniões estão sendo realizadas no próprio Complexo da Infância e Juventude, situado no Bairro do Catolé e tiveram início na terça-feira (11).

A metodologia das audiências permite um acompanhamento mais direto e pessoal em cada caso de acolhimento, revelando a realidade da família e das condições da criança ou adolescente envolvidos. “A audiência concentrada é importante e muito eficiente, porque permite que vários órgãos reunidos em um só momento possam deliberar sobre determinada situação específica e tomar as providências necessárias, principalmente para a reintegração do menor de idade à sua família de origem ou a família extensa”, pontuou a juíza Renata Barros.

A magistrada esclarece, ainda, que quando não se consegue a reintegração familiar nesta audiência, as crianças e adolescentes permanecem em medida protetiva de acolhimento, mas não quer dizer que estão aptas a serem adotadas. “A maioria delas ainda não está em situação de adoção”, registrou.

Participam dos trabalhos representantes das Casas de Acolhimento, Secretarias Municipais de Ação Social, Saúde e Educação, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

A recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) inserida na Instrução Normativa nº 02/2010 prevê a realização de audiências concentradas, nas quais o magistrado se vale de equipe interprofissional para realizar levantamento da situação das crianças e adolescentes inseridos em medida protetiva de acolhimento.

Assunto: CIJ participa de seminário de capacitação das equipes técnicas das unidades regionais de acolhimento para crianças e adolescentes da SJDHDS

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/06/2019



O Juiz Walter Ribeiro Costa Júnior, Titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador (VIJ), representou a Coordenação da Infância e Juventude (CIJ) do TJBA, coordenada pela Desembargadora Soraya Moradillo, no seminário para capacitar as equipes técnicas que trabalharão nas unidades de acolhimento regionais.

O seminário foi realizado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento do Estado da Bahia (SJDHDS) nos dias 29, 30 e 31 de maio, em Salvador, no Auditório da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb), no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Na oportunidade, o Titular da 1ª VIJ fez uma explanação acerca do papel do Juiz da Infância, buscou esclarecer dúvidas e enfatizou que a medida protetiva de acolhimento deve ser excepcional e provisória. Além disso, destacou que o trabalho das equipes técnicas das entidades de acolhimento é fundamental para subsidiar as decisões judiciais.

Além do Magistrado, a mesa de honra foi composta pela Promotora de Justiça Luiza Amoedo, representando o Centro de Apoio Operacional à Criança e ao Adolescente (Caoca) do Ministério Público; e pela Assistente Social Thaíse Viana, Assessora Técnica do Gabinete da Superintendência de Assistência Social da SJDHDS.

Servidores da CIJ também participaram do seminário, esclarecendo questões levantadas pelos participantes acerca da relação das entidades com o Judiciário.

Proteção Social Especial – A Regionalização da Proteção Social Especial está prevista no Sistema Único de Assistência Social (Suas), sendo o Estado da Bahia um dos pioneiros na implementação das unidades regionais.

O desenho do funcionamento destas unidades foi processual, tendo o Tribunal de Justiça da Bahia, com a atuação da CIJ, junto ao Ministério Público e outros atores do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, participado das reuniões da Câmara Técnica criada para este fim, ao longo dos meses.

Nesta primeira etapa, serão instaladas unidades para acolhimento institucional nas comarcas de Itambé, Nazaré, Mundo Novo, Piritiba, Wenceslau Guimarães e Itanhém. Para cada uma delas, haverá três comarcas vinculadas.

O encaminhamento de crianças e adolescentes, após decisão judicial e expedição da necessária Guia de Acolhimento pela autoridade judiciária, deve ser precedido de consulta à Central de

Acolhimento do Estado, que funciona na sede da SJDHDS, 24h por dia, todos os dias. A SJDHDS, através da Coordenação de Proteção Social Especial, fará o monitoramento constante das unidades.

Assunto: Seminário debateu desafios da erradicação do trabalho infantil

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/06/2019



Estima-se que 115 milhões de crianças estejam em trabalho perigoso no mundo. Esse é apenas um dos dados apresentados hoje (12/6), durante o *Seminário Erradicação do Trabalho Infanto-Juvenil*, promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do RS (CIJRS), Porto Alegre. Além de estatísticas sobre o trabalho de crianças e adolescentes, o evento apresentou também propostas para buscar a erradicação desse mal que interrompe a infância e deixa marcas permanentes para a vida dessas vítimas.

Completando 1 ano à frente da CIJRS, a Juíza-Corregedora Nara Cristina Cano Neumann Saraiva, que coordenou o evento, relatou que o foco na adoção tardia, bem como as visitas às instituições de acolhimento, trouxe à tona outros problemas e preocupações. "Começamos a enxergar a necessidade de dar o encaminhamento ao adolescente que, aos 18 anos, terá que deixar o abrigo", afirmou. "O objetivo do seminário é justamente debater essa realidade, buscando encaminhamento e soluções", acrescentou a magistrada.

A Constituição Federal (art. 7, § XXXIII) proíbe "trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos". Conforme dados do IBGE (2016), no Brasil, 1,8 milhão de pessoas com idades entre 5 e 17 anos realizam algum tipo de trabalho. Entre 2007 e 2018 foram registrados 43,7 mil acidentes de trabalho com jovens dessa faixa etária.

Exploração sexual

A Promotora de Justiça Denise Casanova Villela detalhou a campanha que o Ministério Público desenvolveu em Porto Alegre para fazer frente à exploração sexual de crianças e adolescentes. Contou como foi planejada a iniciativa, através da organização da rede de proteção, do mapeamento dos dados e da reunião com as instituições parceiras. "Verificou-se que adolescentes de 12 a 17 anos eram utilizados também pelas facções criminosas. E que a exploração sofrida por crianças de zero a 11 anos vinha das próprias famílias".

Nas operações em que o MP realizou em parceria com as Polícias Civil e Militar, visando ao combate da exploração sexual infanto-juvenil, a Promotora disse que encontrou também muitas meninas grávidas e jovens envolvidos com o tráfico de drogas e o consumo de álcool em casas noturnas da Capital. A instituição firmou Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com esses estabelecimentos e os valores revertidos para o fortalecimento da rede de proteção.

Trabalho rural e trabalho artístico

A Procuradora Ana Lúcia Stumpf Gonzalez, falou sobre os prejuízos associados ao trabalho infanto-juvenil, como acidentes de trabalho e evasão escolar. Coordenadora Regional da Coordinfância do Ministério Público do Trabalho do RS, ela destacou mitos que vêm junto com

o tema, pacificados na sociedade, tais como "melhor trabalhar do que estar na rua" ou "trabalhar cedo é bom porque não vai para o crime".

"Dizer que é melhor trabalhar do que estar na rua só vale para famílias pobres. E grande parte dos presos do sistema prisional começaram a trabalhar ainda crianças. E o tráfico é exemplo disso", citou a Procuradora. Para Ana Lúcia, a educação, a profissionalização e o trabalho em rede são as medidas mais eficazes para combater o problema.

A Procuradora lembrou que o trabalho rural submete os jovens a ameaças, como contato com agrotóxico e com maquinário perigoso. "Além disso, a evasão escolar é muito maior no meio rural", frisou. Já em relação ao trabalho artístico, a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) permite a manifestação artística de crianças e adolescentes, mas de forma pontual. "Ela é possível, mas é preciso observar garantias mínimas que não prejudiquem o desenvolvimento escolar e o lazer delas", explicou Ana Lúcia. "Ainda, observar se se trata de expressão artística ou fonte de lucro."

Ciclo vicioso

A Juíza do Trabalho Carolina Hostyn Gralha encerrou o painel. Segundo a palestrante, que também preside da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região, apesar dos esforços crescentes, ainda é longo o caminho para erradicar o trabalho infantil. Ela exaltou a figura o Jovem Aprendiz: "Ela proporciona a formação do jovem, mas também a preservação do seu desenvolvimento físico, emocional, psíquico e moral. É a porta para o mercado de trabalho", ressaltou a magistrada. "Entretanto, infelizmente, há a subversão dos contratos, com a inobservância das regras e o uso da mão-de-obra barata", enfatizou.

"Ainda temos um número expressivo de trabalho infanto-juvenil de forma ilegal. E isso parece que sempre foi aceito pela sociedade. Devido à dificuldade financeira das famílias, as crianças começam a trabalhar e têm a sua infância ceifada. Se tornando um adulto mal remunerado, cujos filhos também começam a trabalhar jovens, formando um ciclo vicioso". Ao final da sua explanação, apresentou vídeo com a entrevista de um jovem que perdeu a visão aos 10 anos, depois que parte de um prego ficou cravada no olho. O acidente ocorreu quando ele fechava caixas de tomate, contratado irregularmente.

Assunto: 'Boa Vista é modelo para o Brasil', diz ministro da Cidadania sobre ações voltadas a crianças

Fonte: Portal G1

Data: 14/06/2019



O ministro da Cidadania, Osmar Terra, declarou na manhã desta quarta-feira (12) que Boa Vista é modelo para o Brasil em políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. O anúncio foi feito durante o Fórum Nacional da Primeira Infância, que ocorre no Teatro Municipal da capital. O evento segue até quinta (13).

“Estamos usando Boa Vista como exemplo, tanto é que as organizações internacionais que nos apoiam vêm trabalhar com o piloto de Boa Vista. Hoje (no fórum) temos pessoas de vários lugares do mundo como Holanda e China, por exemplo”, disse.

Desde 2016 o Ministério da Cidadania desenvolve o programa “Criança Feliz”, que teve como base o “Família que Acolhe”, criado pela prefeitura de Boa Vista. O programa atende famílias com crianças de zero a seis anos com o objetivo de garantir o desenvolvimento infantil integral na primeira infância.

Para Osmar Terra, quanto mais cedo se investe em programas de apoio à família, maiores são as chances para que as crianças possam se desenvolver e aprender na escola. “Faz toda a diferença na aprendizagem os estímulos que a criança recebe nas fases iniciais da vida”, comentou.

O ministro ainda afirmou que a prefeita Teresa Surita (MDB) promove ações que vão além das previstas pelo programa do Governo Federal por meio de visitas domiciliares, intervenções urbanas e atendimento médico.

“Esse é um trabalho para todos, que não tem classe social e de conhecimento, onde todos precisam conhecer esses estudos novos que mostram a diferença que é cuidar da primeira infância quando a pessoa se torna adulta”, declarou a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita.

De acordo com o secretário municipal de Finanças, Márcio Vinícius, por ano são investidos cerca de R\$ 20 milhões no “Família que Acolhe” com recursos próprios da prefeitura, para custear a estrutura do programa, atendimentos, capacitação e na concessão de benefícios às gestantes.

“Essa é uma política que foge da tradicional. Ela é uma política integrada, onde todas as secretarias participam. No nosso caso educação, saúde, assistência social, comunicação, obras e finanças, que alocam recursos dentro da sua estrutura investindo na primeira infância”, explicou o secretário.

Ao final do evento, o ministro anunciou a doação de quatro micro-ônibus para a Rede de Proteção Social e Espacial do Sistema Único de Saúde de Roraima, sendo dois para a capital,

um para o município de Caroebe e outro para Alto Alegre, investimento equivalente a R\$ 1,1 milhão.

Fórum Nacional da Primeira Infância

O fórum começou nesta quarta-feira (12) e segue até quinta (13) para discutir a importância dos cuidados nos primeiros anos de vida de uma pessoa.

Pela manhã, o evento reuniu cerca de 1,3 mil pessoas e contou com a participação autoridades e especialistas nacionais e internacionais. Na ocasião, o ministro da Cidadania Osmar Terra foi convidado para ser o padrinho da primeira infância em Boa Vista.

Assunto: CNMP recomenda atuação conjunta entre MPT e MPs estaduais para enfrentamento do trabalho infantil

Fonte: CNMP

Data: 14/06/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Foi publicada hoje, 14 de junho, no Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público, a Recomendação CNMP nº 70/2019. A norma dispõe acerca da atuação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios visando ao enfrentamento do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes e jovens.

A proposta, aprovada, por unanimidade, no dia 28 de maio, durante a 8ª Sessão Ordinária de 2019, foi apresentada pelos conselheiros Leonardo Accioly e Sebastião Caixeta e relatada pelo conselheiro Valter Shuenquener.

A proposição é fruto do acordo de resultados elaborado ao fim da Ação Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil: Educação, Profissionalização e Políticas Públicas. O evento foi realizado em maio de 2018, por iniciativa da Comissão da Infância e Juventude (CIJ/CNMP), presidida pelo conselheiro Leonardo Accioly, e da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP), presidida pelo conselheiro Sebastião Caixeta.

O conselheiro Valter Shuenquener incorporou ao texto sugestões formuladas pelo Ministério Público do Estado do Acre e pelo Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com o artigo 1º da recomendação, o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal deverão, sempre que possível, atuar conjuntamente visando ao enfrentamento do trabalho infantil, nos meios urbano e rural.

Nesse sentido, a atuação interinstitucional contemplará medidas que visem a assegurar o direito à formação profissional de adolescentes e jovens por meio de contratos de aprendizagem. Além disso, as iniciativas ministeriais priorizarão os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial os que cumprem medidas socioeducativas, os que estão acolhidos e aqueles em situação de trabalho infantil.

Ainda de acordo com a recomendação, o enfrentamento do trabalho infantil e a promoção da profissionalização de adolescentes e jovens poderão ser realizados por meio de várias ações, como a realização de seminários locais para discussão e enfrentamento do trabalho infantojuvenil reunindo, prioritariamente, procuradores do Trabalho e promotores de Justiça vinculados ao acolhimento institucional, ao sistema socioeducativo ou, de modo geral, os promotores de Justiça que atuam na defesa da Infância e da Juventude.

Outra ação que consta da recomendação é a assinatura de termos de cooperação para destinação de verbas oriundas de Termo de Ajuste de Conduta e Ação Civil Pública, por parte do Ministério Público do Trabalho, com fiscalização pelo Ministério Público Estadual ou Distrital, voltadas a projetos vinculados à proteção da infância e da adolescência, entre outras questões que possam ser considerados relevantes.

A recomendação também prevê a realização de campanhas institucionais de promoção do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, visando à sua inserção em programas locais de aprendizagem voltado para o público em situação de vulnerabilidade social.

Assunto: CNMP, Judiciário e Executivo assinam pacto que garante direitos da criança e do adolescente vítimas de violência

Fonte: CNMP

Data: 14/06/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

“Pretendemos evitar que crianças e adolescentes sofram o constrangimento de reviver, em alguns casos, por mais de uma vez, a situação de violência a que foram submetidos.” A afirmação é da presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e procuradora-geral da República, Raquel Dodge, durante a assinatura do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431/2017, em evento realizado nesta quinta-feira, 13 de junho, no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em Brasília.

Além de Raquel Dodge, assinaram o Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431/2017, entre outras autoridades: o presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro; a primeira-dama, Michelle Bolsonaro; o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; e os ministros Abraham Weintraub (Educação), Osmar Terra (Cidadania) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde).

A Lei nº 13.431/2017 trata do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Raquel Dodge destacou que, “com a assinatura deste pacto interinstitucional, damos um passo importantíssimo para garantir a implementação plena da lei que estabeleceu o sistema. Estamos definindo diretrizes para procedimentos da escuta especializada e do depoimento especial de menores de idade que estejam nesta situação”.

A presidente do CNMP salientou que a atuação integrada entre Ministério Público e demais órgãos da rede de proteção visa à efetivação do sistema de garantia de direitos de centenas de crianças e jovens.

Dodge citou relatório da ONG Visão Mundial que revelou a marca de 1 milhão de casos de violência registrados entre 2011 e 2015 contra crianças e adolescentes no Brasil. Desse total, 32,25% referem-se à negligência familiar, sendo a violência física o tipo mais comum.

A pesquisa apontou que essa violência é mais frequente entre crianças de 9 a 11 anos e entre crianças negras. No ambiente escolar, um terço dos estudantes dessa faixa etária afirmou ter sofrido violência direta ou violência urbana. De novo, os negros apresentaram maior proporção entre os que sofrem ameaças, abusos físicos e xingamentos nesse espaço.

Raquel Dodge concluiu que os dados da pesquisa “não devem ser recebidos com desalento, mas como uma indicação do caminho a ser seguido. Vamos transformar o ambiente da dor e da violência em lugar de acolhimento, de escuta e proteção. Se formos bem-sucedidos, teremos contribuído para um futuro de paz, de respeito e de cidadania”.

Pacto – O Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.431/2017 tem como objeto a conjugação de esforços para, mediante atuação integrada entre os pactuantes, estabelecer mecanismos para a concretização do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, conforme estabelecido pela Lei nº 13.431/2017.

Caberá à Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a articulação das ações integradas para a consecução dos objetivos do Pacto, respeitadas as atribuições e competências institucionais das instituições pactuantes.